

Relatório da Diretoria

Mensagem do Dirigente: Em 2023, a COMLURB através da Diretoria de Serviços Urbanos iniciou estudos visando a contratação de uma empresa para o desenvolvimento de um sistema que otimizará a gestão de manutenção e conservação das praças públicas. Além disso, firmamos um novo contrato de locação de caminhões para a coleta seletiva da cidade, com a ampliação da frota e melhoria em suas especificações. Em 2024, a Diretoria receberá no primeiro bimestre novos equipamentos de desbaste a serem incorporados no serviço de manejo arbóreo da cidade. Além disso, a Diretoria espera captar cerca de 2,6 milhões em receitas provenientes de contratos de prestação de serviço em eventos privados, como o Rock in Rio 2024. Dando prosseguimento, o Programa Lixo Zero vem atuando na sensibilização do cidadão carioca, turistas brasileiros e estrangeiros, com a realização de ações de fiscalização para obtenção da melhoria no comportamento dos cidadãos com foco na manutenção da limpeza urbana. Para o ano de 2024 a Coordenadoria de Fiscalização, responsável por tal Projeto, pretende aumentar suas ações utilizando-se de atuação de forma efetiva. Através da Diretoria de Compliance, a Comlurb está fortalecendo seu Programa de Integridade e Transparência, com destaque para as ações da Campanha "Comlurb contra o Assédio", a implementação do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - PGPDP, o acompanhamento dos indicadores e metas da Companhia e a consolidação do Compliance trabalhista visando prevenir passivos trabalhistas. Em gestão de pessoas, a Cia envidou esforços para a conclusão do PCCS: finalizando o realinhamento e correção de disfunções e iniciando o processo de Progressão Vertical para Operadores de Equipamentos Leves e Operadores de Tratores e Máquinas com previsão de encerramento ao longo de 2024. Na área de Sustentabilidade, a Companhia reforçará o seu compromisso socioambiental com a Cidade, buscando o aperfeiçoamento de projetos de valorização dos resíduos sólidos urbanos e de geração de energia através de fontes alternativas, como o biogás e solar, estudo de novos processos e intercâmbio tecnológico com outras cidades do Brasil e do exterior. No Ecoparque do Caju, onde já estão em operação uma unidade de trituração de poda e uma unidade de biometanização, será implantado um novo Pátio de Compostagem, que permitirá expandir a coleta seletiva e valorização dos resíduos orgânicos gerados nas Escolas Municipais, além de melhorar a qualidade do composto orgânico: o Fertilur, utilizado prioritariamente nos projetos de

agricultura urbana. Ainda no Ecoparque do Caju, em 2024, será iniciada a operação do Banco de Alimentos, fruto do acordo de Cooperação Internacional entre as Prefeituras das Cidades do Rio de Janeiro e de Colônia, na Alemanha. Este projeto tem como objetivo a doação dos alimentos não comercializados por mercados para famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem no entorno do Caju, uma das regiões mais pobres do município, tendo como foco a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, que beneficiará diretamente cerca de 4.000 pessoas por mês. Estas iniciativas de economia circular são estratégias para a redução do aterramento de resíduos no CTR-NO. No campo de geração de energia renovável, será iniciada a operação da unidade de recuperação energética de biogás residual no inativo Aterro Metropolitano de Gramacho, além da implantação da "Fazenda Solar" no também inativo Aterro de Santa Cruz. Na área de destinação final, será consolidada a implantação de um Aterro para Resíduos da Construção Civil (RCC), dotando o Município de uma alternativa para disposição final adequada dos RCC coletados em pequenos e médios geradores. No Aterro Metropolitano de Gramacho também deverá ser iniciada a implantação de um novo projeto de drenagem de águas pluviais e de uma lagoa para acúmulo de chorume, que permitirá mitigar os impactos ambientais dos efluentes gerados pelo aterro e aumentar a segurança ambiental do mesmo. Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e buscando uma gestão de RSU alinhada com as metas climáticas do Município, serão estudadas novas rotas tecnológicas de tratamento e valorização de resíduos, adequadas as condições urbanísticas, ambientais e econômicas da Cidade que permitam a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de resíduos. Em 2024, com a significativa renovação dos contratos de terceirização das frotas de viaturas para prestação dos serviços operacionais, principalmente da Coleta de Lixo Doméstico, a Diretoria de Limpeza Urbana dará prioridade na locação e distribuição de caixas metálicas e plásticas, de 1200 litros de capacidade, para os conjuntos de baixa renda e comunidades carentes, para o correto acondicionamento, disposição e ordenamento do lixo produzido. Será dada continuidade à recuperação dos Ecopontos existentes e construção de novos, com maior quantitativo de Caixas metálicas de 5 m³ para entulho e bens inservíveis. Ressalta-se, por fim, que todos os investimentos e projetos serão realizados de acordo com a disponibilidade orçamentária da Companhia para o exercício de 2024.

Balanco Patrimonial - Exercício 2023		
	2023	2022
ATIVO		
Ativo Circulante	484.819.426,40	470.432.709,48
Caixa e Equivalente de Caixa	48.802.500,13	116.847.641,20
Créditos a Curto Prazo	44.488.199,62	60.828.031,78
Demais créditos e valores a curto prazo	375.165.197,59	279.756.145,17
Estoques	16.363.529,06	13.000.891,33
Ativo Não Circulante	325.614.145,56	101.687.026,19
Realizável a Longo Prazo	282.809.375,59	60.799.939,03
Investimentos	18.634.931,39	18.634.931,39
Imobilizado	24.169.838,58	22.252.155,77
Total do Ativo	810.433.571,96	572.119.735,67
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Passivo Circulante	992.618.197,56	791.370.336,98
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	224.708.464,58	205.214.307,31
Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	299.247.387,59	162.141.513,02
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.614.387,35	7.558.534,90
Provisões a Curto Prazo	419.163.003,23	301.735.673,42
Demais Obrigações a Curto Prazo	46.884.954,81	114.720.308,33
Passivo Não Circulante	623.738.157,92	247.766.127,94
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	50.905.652,92	60.357.827,03
Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo	254.679.986,13	76.096.478,76
Provisões a Longo Prazo	299.326.348,20	85.017.003,32
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	408.834,16
Resultado Diferido	18.826.170,67	25.885.984,67
Patrimônio Líquido	(805.922.783,52)	(467.016.729,25)
Patrimônio Social e Capital Social	46.171.623,81	46.171.623,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial	23.402.454,93	23.606.414,97
Resultados Acumulados	(875.496.862,26)	(536.794.768,03)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	810.433.571,96	572.119.735,67

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício 2023				
	Patrimônio Social/ Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
Saldos Iniciais do exercício anterior	46.171.623,81	23.810.375,01	(396.351.234,18)	(326.369.235,36)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	2.136.155,94	2.136.155,94
Resultado do exercício	-	-	(142.783.649,83)	(142.783.649,83)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(203.960,04)	203.960,04	-
Saldos finais do exercício anterior/ Saldos iniciais do exercício atual	46.171.623,81	23.606.414,97	(536.794.768,03)	(467.016.729,25)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(1.663.723,97)	(1.663.723,97)
Resultado do exercício	-	-	(337.242.330,30)	(337.242.330,30)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(203.960,04)	203.960,04	-
Saldos finais do exercício atual	46.171.623,81	23.402.454,93	(875.496.862,26)	(805.922.783,52)

obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa. **3.2. Despesas:** Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária. Pelo enfoque orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício. **3.3. Restos a Pagar:** Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro. **3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial. Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos próprios, recursos do Tesouro Municipal e recursos vinculados. **3.5. Créditos a Curto Prazo:** Destacam-se os valores relativos aos créditos orçamentários a receber da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para pagamento de custeio/investimento, reconhecidos simultaneamente as obrigações no Passivo da entidade. Os valores a receber por serviços prestados são reconhecidos como créditos a receber pelo valor original, sendo os com riscos de recebimentos, reconhecidos em contas de ajustes para perdas. **3.6. Estoques:** Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes. **3.7. Investimentos:** Os investimentos referem-se às participações societárias em empresas cotadas em Bolsa e em empresas controladas pelo Município do Rio de Janeiro. Além disso, as propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda para a entidade. **3.8. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. São atualizados por ajustes de depreciação e amortização considerando as taxas divulgadas na Nota 4.3.6. A conta Ajustes de Avaliação Patrimonial representa

a avaliação de mercado decorrente da permuta realizada entre a COMLURB e a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do processo 04/550.682/2017, considerando esse valor ao Patrimônio Líquido/Ajustes de Avaliação Patrimonial. **3.9. Intangível:** O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualiquê custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020 que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. **3.10. Reconhecimento de Passivos:** Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência. As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela área jurídica da entidade de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Informações Complementares. 4.1. Balanço Orçamentário
Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito:

Dotação Inicial	Créditos Suplementares		Cancelamentos	Dotação Atualizada
	Abertos	R\$		
2.511.564.919,00	811.212.502,82	(651.488.180,69)	2.671.289.241,13	

Detalhamento da Execução da Receita e da Despesa: As receitas geradoras de recursos financeiros da entidade constituem-se fundamentalmente pelas subvenções recebidas através das dotações orçamentárias da Prefeitura e pelas prestações de serviços de limpeza, remoção e destinação final de resíduos, tendo a seguinte composição em 31/12/2023:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	%	31/12/2022 R\$	%
Receita Patrimonial	1.110.347,23	0,38	36.408.908,45	13,01
Receita de Serviços	252.458.141,71	86,10	231.093.321,28	82,56
Remuneração das Disponibilidades	10.560.946,36	3,60	9.173.406,73	3,28
Outras Receitas	29.102.177,01	9,92	3.227.779,08	1,15
Total	293.231.612,31	100	279.903.415,54	100

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2023, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Valor Empenhado	%	Valor Liquidado		%	Valor Pago	
		R\$	%		R\$	%
1.323.356.265,90	51,55	1.320.834.125,07	52,57	1.211.569.062,55	51,21	
1.034.808.864,93	40,31	985.154.135,37	39,21	964.580.642,27	40,77	
208.848.999,58	8,14	206.558.481,27	8,22	189.779.677,50	8,02	
2.567.014.150,41	100	2.512.546.741,71	100	2.365.929.382,32	100	

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)		
	2023	2022
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	219.170.279,95	315.893.149,63
Ativo Permanente	591.263.292,01	256.226.586,04
Total do Ativo	810.433.571,96	572.119.735,67
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	207.233.451,63	236.799.427,21
Passivo Permanente	1.409.122.903,85	802.337.037,71
Total do Passivo	1.616.356.355,48	1.039.136.464,92
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	(805.922.783,52)	(467.016.729,25)

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)		
	2023	2022
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	122.747.644,45	49.942.029,54
Total dos Atos Potenciais Ativos	122.747.644,45	49.942.029,54
Atos Potenciais Passivos		
Demandas Judiciais	325.052.276,91	159.248.425,19
Total dos Atos Potenciais Passivos	325.052.276,91	159.248.425,19

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)		
	2023	2022
Fontes de Recursos		
100/200 Ordinários não Vinculados	10.268.986,91	75.035.759,72
104/204 Ordinários não Vinculados - Alienação de Bens	393.325,36	231.034,69
Total das Fontes de Recursos	10.662.312,27	75.266.794,41

Demonstração do Resultado - Exercício 2023		
Especificação	2023	2022
Receita Bruta	2.741.499.803,16	2.390.451.027,87
Receita Econômica com Exploração de Bens e Serviços	247.477.027,88	257.657.981,15
Subvenções	2.494.022.775,28	2.132.793.046,72
Deduções da Receita Bruta	(25.837.887,75)	(27.802.032,99)
Impostos e Contribuições	(25.837.887,75)	(27.802.032,99)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	2.715.661.915,41	2.362.648.994,88
Custos dos Bens e Serviços Vendidos	(2.368.413.575,54)	(1.996.459.088,57)
Lucro/(Prejuízo) Bruto	347.248.339,87	366.189.906,31
Despesas Administrativas e Tributárias	(419.863.518,03)	(289.990.223,78)
Pessoal e Encargos	(304.475.155,96)	(202.256.599,67)
Uso de Material de Consumo	(14.247.676,61)	(8.060.668,86)
Contratação de Serviços	(99.926.357,55)	(78.549.716,11)
Tributárias	(1.214.327,91)	(1.123.239,14)
Resultado Financeiro Líquido	7.444.328,13	(3.369.503,69)
Receitas Financeiras	12.605.630,52	9.854.653,10
Despesas Financeiras	(5.161.302,39)	(13.224.156,79)
Resultado com Avaliação Patrimonial	21.030.311,37	36.983.864,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.342.695,41)	(1.716.987,62)
Desvalorização e Perda de Ativos	(24.296.076,35)	(14.792.907,24)
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas	47.669.083,13	53.493.759,32
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(93.169.615,64)	(252.597.693,13)
Outras Receitas Operacionais	290.140.900,47	15.877.987,92
Outras Despesas Operacionais	(383.310.516,11)	(268.475.681,05)
Resultado Operacional	(337.309.954,30)	(142.783.649,83)
Outras Receitas e Outras Despesas	67.624,00	-
Outras Receitas	67.624,00	-
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de Renda e da Contribuição Social	(337.242.330,30)	(142.783.649,83)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	(337.242.330,30)	(142.783.649,83)
Quantidade de Ações	46.171.624	46.171.624
Lucro/(Prejuízo) por Ação - R\$	(7,3041)	(3,0925)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em 31/12/2023

1. Contexto Operacional: A Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB é uma empresa, pessoa jurídica de direito privado, tendo a sua sede administrativa situada na Rua Major Ávila, nº 358 - Tijuca, nesta cidade. Foi criada pelo Decreto-Lei nº 102 de 15/05/1975, vinculada à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, conforme Decreto Rio nº 48.340 de 01/10/2021. A sua missão institucional é a exploração dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro, atuando fundamentalmente na descentralização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à população carioca. A empresa recebe, regularmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos assumidos na execução das atividades fins da entidade, provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ, se configurando como uma empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações inseridas no Sistema Corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade, sendo de responsabilidade destes gestores as operações realizadas e registradas, bem como a ratificação das informações contidas na conferência das demonstrações. As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DML) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes: **3.1. Receitas:** Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos,

Detalhamento	Valor Empenhado		Valor Liquidado		Valor Pago	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal e encargos	1.323.356.265,90	51,55	1.320.834.125,07	52,57	1.211.569.062,55	51,21
Outras Despesas Correntes	1.034.808.864,93	40,31	985.154.135,37	39,21	964.580.642,27	40,77
Investimentos	208.848.999,58	8,14	206.558.481,27	8,22	189.779.677,50	8,02
Total	2.567.014.150,41	100	2.512.546.741,71	100	2.365.929.382,32	100

4.2. Balanço Financeiro: A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23/02/2021, estabeleceu a padronização das fontes e destinações de recursos de forma obrigatória a partir de 2023 para todos os entes da federação. No Município do Rio de Janeiro, a Resolução Conjunta SMFP/CGM nº 24, de 11/08/2022, estabeleceu a classificação das fontes e destinações de recursos a serem utilizadas a partir de 2023. Considerando que a alteração da classificação das fontes e destinações de recursos dificultou a apresentação comparativa das informações orçamentárias apresentadas no Balanço Financeiro, esta demonstração está sendo divulgada apenas com as informações referentes ao exercício de 2023 (em conformidade com itens 44, 55 e 56 da NBC-TSP 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público). Entretanto, para fins de transparência estão sendo apresentados na tabela a seguir a composição comparativa das informações sintéticas do Balanço Financeiro.

	Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	293.231.612,31	279.903.415,54	293.231.612,31

Detalhamento	Taxa Anual Deprec.	Custo de aquisição em 31/12/2023 R\$	Depreciação em 31/12/2023 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R\$
Ajuste de Av. Patrimonial - Edificações	4%	2.854.000,00	(1.019.800,20)	1.834.199,80	4.283.159,84
Ajuste de Av. Patrimonial - Terrenos	-	5.099.000,00	-	5.099.000,00	2.854.000,00
Total Ajuste Patrimonial		7.953.000,00	(1.019.800,20)	6.933.199,80	7.137.159,84
Imobilizado Total		89.714.568,58	(65.544.730,00)	24.169.838,58	22.252.155,77

4.3.7. Intangível: Os valores do ativo intangível referem-se exclusivamente a softwares no valor de R\$ 613.788,69 e encontra-se totalmente amortizado.

4.3.8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: Compreende as obrigações referentes a salários ou remuneração, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito, encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive indenizações e rescisões trabalhistas, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Pessoal a Pagar	123.924.794,89	118.858.652,50	-	-
Pessoal a Pagar - Sentenças Judiciais	25.005.166,34	8.534.997,07	-	-
Encargos Sociais	61.648.070,29	64.440.310,26	-	-
Encargos - Parcelados	14.130.433,06	13.380.347,48	50.905.652,92	60.357.827,03
Total	224.708.464,58	205.214.307,31	50.905.652,92	60.357.827,03

4.3.9. Fornecedores e Contas a Pagar: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Fornecedores e Contas a Pagar - Intra	158.855,38	116.824,24	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar - Terceiros	111.570.166,77	145.036.506,54	-	-
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	53.374.439,98	7.148.606,49	-	-
Ações Judiciais Cíveis - Parceladas	60.809.602,65	-	410.720,78	-
Fornecedores Parcelados a Pagar	68.310.595,87	-	222.009.436,56	-
Contas a Pagar - Parcelamento	4.859.838,86	9.839.575,75	32.259.828,79	76.096.478,76
Fornecedores - Decisões Judiciais	163.888,08	-	-	-
Total	299.247.387,59	162.141.513,02	254.679.986,13	76.096.478,76

Foi realizado o parcelamento das obrigações inscritas em Restos a Pagar até 31/12/2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235 de 3 de novembro de 2021, regulamentada pelo Decreto RIO nº 49831 de 26/11/2021 e Resolução Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18 de 13/12/2021. O parcelamento dessas obrigações está refletido em "Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais", tendo o montante sido reclassificado do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente e considerado como Dívida Consolidada, sendo o valor de R\$ 4.859.838,86 amortizável até 31/12/2024, e R\$ 32.259.828,79 amortizável após encerramento do exercício seguinte. Ficaram pendentes os fornecedores com ações judiciais no valor de R\$ 53.374.439,98, que deveriam receber em 2023, registrados em conta específica.

4.3.10. Obrigações Fiscais: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Obrigações Fiscais - União	1.518.142,31	1.843.006,50	-	-
Obrigações Fiscais - Intra	1.096.245,04	5.715.528,40	-	-
Total	2.614.387,35	7.558.534,90	-	-

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Adiantamentos de Clientes - Intra OFSS	16.488,33	560.816,57	-	-
Consignações sobre Folha de Pagamento - Terceiros	31.594.091,63	30.745.224,06	-	-
Retenções s/Faturas - Intra OFSS	2.285.721,30	2.785.364,06	-	-
Retenções s/Faturas - Terceiros	4.415.892,61	5.187.111,75	-	-
Ações Judiciais	-	67.307.229,37	-	-
Depósitos e Cauções	335.989,57	865.477,99	-	-
Receita a Apropriar - Terceiros	7.059.814,06	7.059.814,02	18.826.170,67	25.885.984,67
Outras Obrigações - Terceiros	1.176.957,31	209.270,51	-	-
Total	46.884.954,81	114.720.308,33	18.826.170,67	25.885.984,67

As ações judiciais em parcelamento foram reclassificadas para o grupo de Fornecedor - Contas a Pagar.

4.3.13. Resultado Diferido: Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo, encontram-se no grupo Demais Obrigações - Receita a Apropriar.

Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total		
			remanescente (meses)	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Contrato nº 104/2022 - SMFP	Prestação dos Serviços de Pagamento dos Funcionários	Banco Santander do Brasil S/A	32	18.826.170,67	25.885.984,67
Total				18.826.170,67	25.885.984,67

4.3.14. Patrimônio Líquid: Capital Social: O Capital Social é de R\$ 46.171.623,00, representado por 46.171.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizado pelo Sócio Controlador - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, empresas controladas pelo Município do Rio de Janeiro e Terceiros. Os principais sócios e acionistas, suas respectivas participações, constando números de ações, respectivas espécies, classes e quantidade, assim como o valor total integralizado no encerramento do exercício corrente e anterior estão demonstradas na tabela a seguir:

Sócios/Acionistas	Posição em 31/12/2023				31/12/2022	
	Ações Ordinárias		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
	Qtde	%	Qtde	R\$	Qtde	R\$
Prefeitura da Cidade do RJ	46.171.314	100	46.171.314	46.171.314,81	46.171.315	46.171.314,81
Outros	309	-	309	309,00	309	309,00
Total	46.171.623	100	46.171.623	46.171.623,81	46.171.624	46.171.623,81

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Resultado do Exercício	(337.242.330,30)	(142.783.649,83)
Resultado de Exercícios Anteriores	(536.590.807,99)	(396.147.274,14)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.663.723,97)	2.136.155,94
Total	(875.496.862,26)	(536.794.768,03)

O Resultado do Exercício foi fortemente impactado pelo aumento das provisões trabalhistas. Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Detalhamento do Ajuste		Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2023
		Fato	R\$	
Ativo Circulante	470.432.709,48	Retificação em Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas, por não ter ocorrido as baixas em exercícios anteriores.	1.354.770,95	
		Retificação em Subvenções a Receber Permanentes, por ajustes nas Despesas Incorridas e não inscritas em RP de exercícios anteriores.	(2.582.936,33)	469.204.544,10
		Retificação de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais por ajustes nos saldos de exercício anterior.	(435.558,59)	790.934.778,39
Passivo Circulante	791.370.336,98	Efeito Líquido		(1.663.723,97)

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, cumprindo o disposto no item V do art. 142 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 9457, de 05 de maio de 1997, consubstanciado no parecer do Conselho Fiscal emitido em 15 de abril de 2024, considerou que as peças examinadas referentes às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 se encontram em condições de serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária para exame, votação e aprovação, e acolhe, por unanimidade, o referido Parecer do Conselho Fiscal, com as observações e condicionantes registradas em Atas dos Conselhos (COF e CAD), inclusive as atas referentes ao exercício de 2023, bem como ressalvados os fatos e as fragilidades apontados no Relatório de Auditoria Geral nº 036/2024, emitido pela Controladoria Geral do Município. Com base nos exames realizados, no que se refere as contingências trabalhistas e cíveis, cujas provisões de riscos aumentaram 524% e 64%, respectivamente, de 2022 para 2023, com as justificativas da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração reitera a recomendação da Controladoria, quanto à importância do acompanhamento e registro das contingências passivas, a fim de minimizar eventuais danos e analisar a tendência para os anos seguintes. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024. **Rodrigo Henrique Luiz Corrêa** - Presidente. **Flávio Augusto da Silva Lopes** - Vice-Presidente. **Alfredo D'Escragnoille Taunay** - Membro. **Cláudia Saavedra Baptista de Paula** - Membro. **Iolanda Moraes dos Santos** - Membro. **Patrick Corrêa** - Membro. **Pedro de Vasconcelos Torres Dantas** - Membro. **Renato Ferreira Rodrigues** - Membro. **Fernando dos Santos Dionísio** - Membro. **Leandro Matieli Gonçalves** - Membro.

4.4. Demonstração das Variações Patrimoniais: Nas Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, temos como fatos relevantes o aumento com a exploração de serviços, com subvenções a receber e com reversões para riscos trabalhistas. Nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, temos como fatos relevantes as provisões para riscos trabalhistas e o custo com serviços.

4.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez. Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2023, os valores extraorçamentários, estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução, como as cauções recebidas, no valor de R\$ 335.989,57. Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial, no valor de R\$ 999.977,36 em 2023 (R\$ 6.166.261,93 em 2022), e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

4.6. Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido da entidade variou negativamente em 72,57%, resultando no valor de -R\$ 805.922.783,52 ao final de 2023 (-R\$ 467.016.729,25 em 2022). Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, reduziram o patrimônio líquido em R\$ 1.663.723,97, conforme evidenciado na Nota 4.3.14.

5. Outras Informações. Contingências: São apresentadas a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento	31/12/2023 R\$
Contingências Passivas	
Riscos Trabalhistas	109.290.573,61
Riscos de Ações Cíveis	215.761.703,30
Total	325.052.276,91

Garantias e Contragarantias Recebidas/Concedidas: As garantias prestadas por terceiros por conta de obrigações regulares, eventuais ou contingentes estão demonstradas no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2023 R\$
Garantias e Contragarantias Recebidas	
Fianças	9.280.798,62
Seguros-garantia	113.466.845,83
Total	122.747.644,45

Conciliação do Superávit/Déficit Financeiro: No quadro seguinte é apresentada a conciliação entre os valores evidenciados nos quadros do Balanço Patrimonial que servem de auxílio para apuração do superávit ou déficit financeiro do exercício.

Detalhamento	31/12/2023 R\$
Balanço Patrimonial - Conciliação	
Ativo Financeiro	219.170.279,95
Passivo Financeiro	207.233.451,63
Superávit/Déficit Financeiro	11.936.828,32

Demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Bal. Patrimonial

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Bal. Patrimonial	10.662.312,27	
Valor inscrito em RPN 2023 com cancelamento em 2024	2.353.190,10	
Valor inscrito em RPN 2023 com pagamento financeiro em 2023	1.025.008,15	
Valor pago financeiramente em 2023 e será regularizado orçamentariamente em 2024	731.047,05	
Valor pago orçamentariamente em 2023 e será regularizado financeiramente em 2024	(2.834.729,25)	
Superávit/ Déficit Financeiro	11.936.828,32	

Conciliação da Receita Bruta: Apresentada a seguir a conciliação a partir do resultado operacional evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício para chegar à receita tributária para finalidades fiscais em conformidade com o previsto na NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Receita da Venda de Bens e Serviços	247.477.027,88	257.657.981,15
Subvenções - Intra OFSS	2.494.022.775,28	2.132.793.046,72
Transferências de Convênios - Intra OFSS	75.513.689,53	9.975.222,46
Receita Financeira	12.605.630,52	9.854.653,10
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas	47.669.083,13	53.493.759,32
Outras Receitas Operacionais	14.627.210,94	5.902.765,46
Receita Total	2.891.915.417,28	2.469.677.428,21
(-) Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas	(47.669.083,13)	(53.493.759,32)
(-) Dividendos Recebidos	(16.534,36)	(21.289,65)
Receita Tributável	2.844.229.799,79	2.416.162.379,24

6. Partes Relacionadas: Os relacionamentos com partes relacionadas realizados pela COMLURB referem-se: - ao acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação orçamentária, que corresponde a principal fonte de receitas para custeio das atividades; - ao acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelo pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre a Folha de Pagamento e dos impostos diretos, Imposto sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU; - ao acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelos contratos comerciais celebrados pela empresa com órgãos da Prefeitura ou outras entidades da Administração Indireta que são subsidiadas com recursos do Tesouro para a manutenção dos serviços contratados, tais como: - a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A - Imprensa da Cidade - IC, pelos serviços de publicações oficiais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e por serviços gráficos de confecção de cartões de visita, entre outros; - as Secretarias Municipais de Educação e Saúde - SME e SMS, pela prestação dos seguintes serviços: Escola Limpa, Manejo em Árvores, Capina e Roçada e Preparo de Alimentos, Limpeza e Higiene Hospitalar.

7. Eventos subsequentes: Da data do fechamento do exercício até a data de elaboração destas demonstrações contábeis, o setor de contabilidade não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.

FLÁVIO AUGUSTO DA SILVA LOPES

Diretor-Presidente

PEDRO DE VASCONCELOS TORRES DANTAS

Diretor de Administração e Finanças

ROBERTO LUIZ DE MELO GALDINO

Contador - CRC-RJ 064.542/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2023, o Parecer da análise das demonstrações contábeis emitido pela Auditoria Geral da CGM-Rio no RAG nº 036/2024. Com base nos documentos analisados, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da empresa exceto pela ressalva contida no RAG nº 036/2024: Problemas Tributários - impossibilidade de emissão de certidões negativas. O Conselho Fiscal da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, manifesta-se favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas/Conselho de Administração da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024.

Márcio Martins Loureiro - Conselheiro Presidente.

Aline Ferreira da Silva Teixeira - Conselheira.

Vera Lopes da Silva Ferreira Oliveira - Conselheira.